

AS GREVES DE 2011 A 2013

Rodrigo Linhares¹

Resumo

Um grande ciclo de greves, com traços que o tornariam singular – o caráter defensivo das pautas de reivindicações, a frequência de mobilizações parciais em determinadas categorias profissionais e a ênfase no local de trabalho – parece estar em curso, atualmente, no Brasil. Este artigo busca fundamentar essa hipótese utilizando, de um lado, informações extraídas do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), e, de outro lado, elementos políticos relacionados à percepção dos atores envolvidos nas greves.

Palavras-chave

Sindicatos, greves, DIEESE

Considerações iniciais

As greves deflagradas no Brasil, de 2011 a 2013, para além de seu surpreendente crescimento numérico, que se desenvolveu a uma taxa de 270% (de 554 ocorrências, no primeiro ano do período considerado, para 2.050, no último), também passaram a abranger uma grande quantidade de horas paradas, que se acumulou a uma taxa mais comedida, mas ainda assim notável, de 76% – de cerca de 63 mil horas, em 2011, a cerca de 111 mil, em 2013 (Ver gráficos 1 e 2).

Ao mesmo tempo, duas importantes inflexões também se realizaram. Por um lado, as greves deixaram de ser realizadas majoritariamente por movimentos de trabalhadores da esfera pública (que compunham 59% das ocorrências contabilizadas em 2011) e tornaram-se, na maior parte, promovidas por movimentos de trabalhadores da esfera privada (que passaram a compor 54% das ocorrências contabilizadas em 2013). Por outro lado, o caráter das reivindicações da pauta grevista, mais frequentemente propositivo em 2011, tornou-se mais frequentemente defensivo em 2013 (Ver gráfico 3).

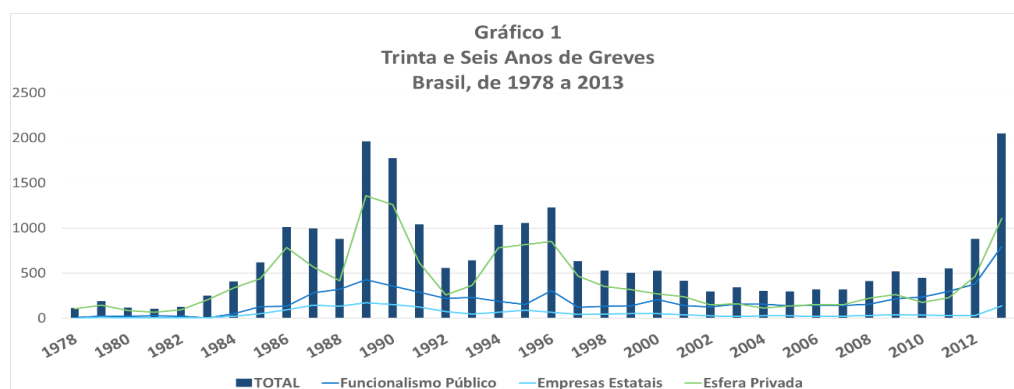
Se aceitarmos como pressuposto o argumento defendido por Noronha (2009) de que as greves brasileiras, como na maior parte dos outros países, apresentam “um comportamento cíclico de médio ou longo prazo, e não aleatório ou com oscilações abruptas segundo as conjunturas políticas e econômicas de um ou poucos anos” (p. 121), estaremos então, muito provavelmente, tratando de sinais que apontam para o início de um novo ciclo grevista. Uma constatação que se reforça

¹ Formado em Ciências Sociais pela FFLCH-USP, tem mestrado em Geografia Humana pela mesma faculdade.

ainda mais se considerarmos que os números da atividade grevista no ano de 2014 – e mesmo no de 2015 – provavelmente permanecerão ao redor do mesmo patamar de duas mil greves².

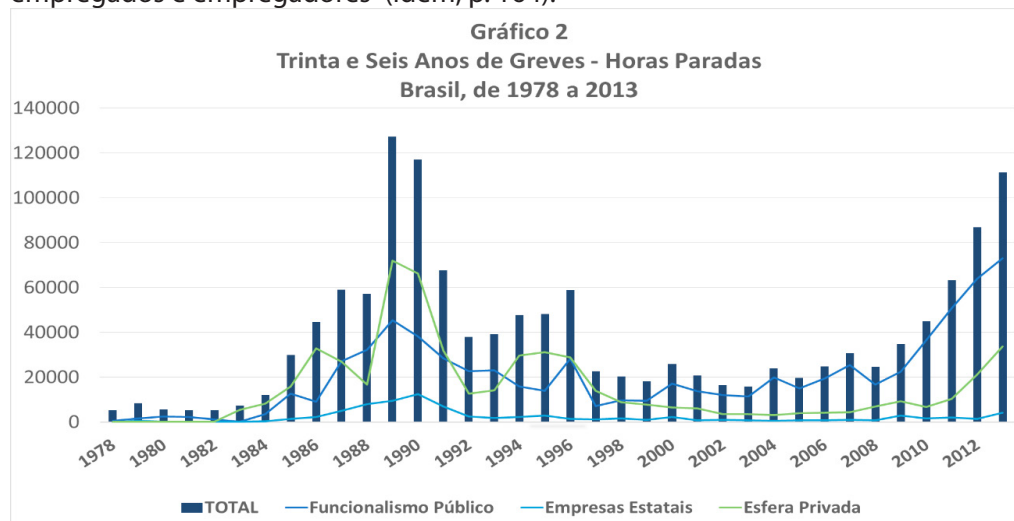
Ainda segundo o autor:

“O primeiro grande ciclo de greves durou cerca de 20 anos e está subdividido em três fases: a primeira, de expansão (1978-1984); a segunda, de explosão das greves (1985-1992) e a terceira, de resistência e declínio do ciclo (1993-1997). A partir de então [de 1998 a 2007], e apesar de oscilações não desprezíveis, as greves apresentam relativa estabilidade com um volume de conflitos médio para os padrões internacionais” (NORONHA, 2009, p. 121).



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

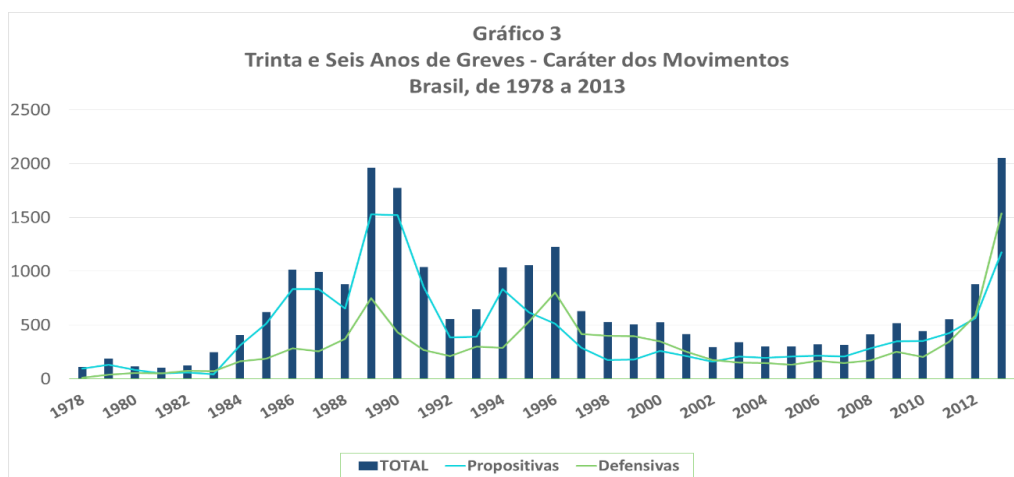
Depois, portanto, do grande ciclo grevista que se alongou de 1978 a 1997, relacionado a processos de transição então em curso (políticos e econômicos em diversos aspectos e em diversas profundidades) haveria uma fase de estabilidade, de rotinização – ou, nos termos do próprio autor, uma fase de *normalidade*. “A partir de então as greves têm a dimensão que devem ter em todo país democrático: um instrumento coletivo de pressão e negociação do elo mais fraco da relação entre empregados e empregadores” (Idem, p. 164).



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

² As estimativas para os anos de 2014 e 2015 baseiam-se mais no volume de material disponível para o cadastramento no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) que em dados efetivamente sistematizados.

Em movimento de ruptura com essa fase de normalidade, um segundo grande ciclo de greves, com traços que o tornariam singular – o caráter defensivo das pautas de reivindicações, a frequência de mobilizações paretistas em determinadas categorias profissionais e a ênfase no local de trabalho – parece estar em curso, atualmente, no Brasil. Essa é a hipótese deste artigo, que não pretende (e nem poderia, dada a emergência recente desses sinais) ater-se à preocupação com uma periodização segura deste novo ciclo. De todo modo, perguntas fundamentais, a respeito do sentido e das determinações desse movimento de reaquecimento das mobilizações grevistas, deverão nortear a construção dessa hipótese.



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

A seguir, em um primeiro passo, as categorias profissionais responsáveis pela deflagração do maior número de paralisações, tanto na esfera pública como na esfera privada, serão apresentadas – juntamente com a caracterização da pauta destes movimentos. A discussão mais ampla, a respeito dos ciclos de greves, será retomada ao final.

1. Greves na esfera privada

Em 2013, o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE registrou 1.106 greves na esfera privada (Tabela 1), o que representa um expressivo crescimento de 387% em relação a 2011 – maior que aquele verificado no conjunto das greves neste mesmo intervalo (como vimos, de 270%) – e que tornou as greves da esfera privada preponderantes em relação às greves da esfera pública. Do ponto de vista da dinâmica setorial (considerando apenas os dois principais setores – indústria e serviços), este movimento apresenta-se como que dividido em duas etapas.

TABELA 1
Total de greves na esfera privada, por setor
Brasil, de 2011 a 2013

Setor	2011		2012		2013		Taxa de crescim.	Varição particip.
	nº	%	nº	%	nº	%	%	(p.p.)
Indústria	131	57,7	334	72	553	50	322,1	-7,7
Serviços	91	40,1	122	26,3	527	47,6	479,1	7,6
Comércio	3	1,3	5	1,1	16	1,4	433,3	0,1
Rural	1	0	3	0,6	7	1	600	1
Multisetorial	1	0,4	0	0	3	0,3	200	-0,2
TOTAL	227	100	464	100	1106	100	387	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Na primeira delas, em 2012, um grande aumento no número de greves deflagradas entre os trabalhadores da indústria fez com que a participação proporcional desse setor aumentasse de 58% para 72% – um crescimento que acabou ecoando na distribuição das greves entre as esferas pública e privada, provocando uma inflexão e fazendo com que essas últimas se tornassem preponderantes.

Em uma segunda etapa, em 2013, uma onda de greves partiu, dessa vez, dos trabalhadores do setor de serviços, fazendo com que a participação desse setor chegasse a 48% das paralisações da esfera privada – e com que a preponderância das greves da indústria fosse relativizada.

Se desagregamos as informações, verificamos que, de 2011 a 2012, na indústria, o aumento das greves deflagradas por trabalhadores *metalúrgicos* foi expressivo: o número de ocorrências saltou de 60 para 244.

No intervalo seguinte, de 2012 a 2013, enquanto o número de greves deflagradas pelos metalúrgicos continuou a aumentar, mesmo que de modo menos pronunciado (dos 244 registros já mencionados para 308), bruscas descontinuidades foram registradas também na evolução das greves em outras categorias: o número de paralisações registradas na *construção* saltou de 66 para 128; este mesmo número, entre os *químicos*, passou de seis para 41; entre os trabalhadores da *alimentação*, de dois para 33.

Por seu turno, no setor de serviços, afóra o crescimento das greves no *ensino privado* (de seis ocorrências para 19) e nas *empresas de comunicação* (de nenhum registro, em 2011, para cinco, em 2012), não foram registradas grandes descontinuidades de 2011 a 2012.

No entanto, algo ocorreu nesse setor de 2012 a 2013: o número de greves organizadas por trabalhadores dos *transportes* saltou de 53 para 195; entre os trabalhadores de *turismo e hospitalidade*, este número subiu de 19 para 92³; entre os trabalhadores da *saúde*, de sete a 65, entre os trabalhadores de *segurança e vigilância*, de 12 a 44; no *ensino*, de 19 a 29; entre os *bancários*, de

3 Dessas 92 greves, 67 foram deflagradas por trabalhadores de asseio e conservação.

cinco a 47; entre os trabalhadores das *empresas de comunicação*, de quatro a 22 e, por fim, entre *atletas e funcionários de clubes de futebol*, foram registradas 20 greves em 2013 (não há registros de movimentos grevistas entre estes profissionais no ano anterior).

Em relação às reivindicações desses movimentos (Tabelas 2 e 3), na indústria, ao mesmo tempo em que a ação grevista se intensificava entre os trabalhadores metalúrgicos, de 2011 a 2012, itens defensivos aumentavam sua participação nas pautas dos movimentos de 42 % para 61%⁴.

TABELA 2
Caráter das greves entre os trabalhadores da indústria privada
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Varição
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
Exclusivamente propositivas	75	57,3	128	38,3	214	38,7	185,3	-18,6
Propositivas e defensivas	34	26	97	29	142	25,7	317,6	-0,3
Exclusivamente defensivas	21	16	107	32	197	35,6	838,1	19,6
Total de greves propositivas	109	83,2	225	67,4	356	64,4	226,6	-18,8
Total de greves defensivas	55	42	204	61	339	61,3	516,4	19,3

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Entre os serviços, de 2012 a 2013, à medida em que a greves se difundiam por diversas categorias profissionais, os indicadores, que pareciam até então (de 2011 a 2012) apontar para um caráter mais propositivo (ou melhor, menos defensivo), passam a registrar um movimento contrário: a participação das greves com itens defensivos aumentou de 62% para 84%.

TABELA 3
Caráter das greves entre os trabalhadores dos serviços privados
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Varição
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
Exclusivamente propositivas	23	25,3	44	36,1	65	12,3	182,6	-12,9
Propositivas e defensivas	22	24,2	18	14,8	109	20,7	395,5	-3,5
Exclusivamente defensivas	45	49,5	57	46,7	338	64,1	651,1	14,7
Total de greves propositivas	45	49,5	62	50,8	174	33	286,7	-16,4
Total de greves defensivas	67	73,6	75	61,5	447	84,8	567,2	11,2

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Tanto no caso da indústria privada, como no dos serviços, portanto, o incremento do número das greves associou-se à intensificação de seu caráter defensivo. Esse mesmo movimento, como veremos, se repete nas greves da esfera pública – entre as empresas estatais e também no funcionalismo público.

⁴ São consideradas propositivas as greves que propõem novas conquistas ou a ampliação das já asseguradas; são consideradas defensivas as greves que se opõem à degradação de condições de trabalho vigentes ou ao descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação.

2. Greves na esfera pública

2.1 Empresas estatais

Em 2013, o SAG-DIEESE registrou 137 greves nas empresas estatais (Tabela 4). Ainda que, de 2011 a 2012, uma inflexão nas proporções setoriais já tivesse sido registrada (as greves nos serviços tornaram-se mais frequentes que as greves na indústria), as alterações ocorreram mais intensamente de 2012 a 2013, quando, nos serviços estatais, o número de greves passou de 15 para 93 ocorrências.

As greves nos estabelecimentos estatais de serviços cresceram em todos os níveis administrativos de 2012 a 2013 – mas com particular vigor nos níveis municipal (onde saíram de apenas uma ocorrência, em 2012, para 21, no ano seguinte) e federal (onde saltaram de oito ocorrências para 58).

A desagregação das informações, nesse setor, revela que, de 2012 a 2013, o número de greves organizadas por trabalhadores dos *transportes* saiu de seis para 21 (dessas, seis greves foram deflagradas por trabalhadores de órgãos de operação e planejamento viário, cinco por *ferroviários* ou *metroviários*, outras cinco por *portuários*, quatro por trabalhadores do *transporte rodoviário coletivo urbano* e uma por *aeroportuários*).

TABELA 4
Total de greves nas empresas estatais, por setor e nível administrativo
Brasil, de 2011 a 2013

Setor/ Nível Administrativo	2011		2012		2013		Taxa de crescimento (%)	Variação participação (p.p.)
	nº	%	nº	%	nº	%		
Indústria	15	51,7	12	41,4	40	29,2	166,7	-22,5
Federal	6	20,7	2	6,9	16	11,7	166,7	-9
Estadual	6	20,7	7	24,1	20	14,6	233,3	-6,1
Municipal	3	10,3	3	10,3	4	2,9	33,3	-7,4
Serviços	14	48,3	15	51,7	93	67,9	564,3	19,6
Federal	9	31	8	27,6	58	42,3	544,4	11,3
Estadual	3	10,3	6	20,7	15	10,9	400,0	0,6
Municipal	2	6,9	1	3,4	21	15,3	950	8,4
Total	29	100	29	100	137	100	372,4	0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG DIEESE)

Obs: Não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores as estatais do comércio

Entre os trabalhadores de *empresas de comunicação*, o número de greves saltou de uma para 29 (todas elas – exceto por uma única, realizada pelos funcionários da Empresa Brasil de Comunicação – deflagradas por funcionários dos Correios).

Entre os trabalhadores dos *bancos públicos*, o salto no número de greves deflagradas foi de seis para 22. Entre os trabalhadores de *pesquisas e assessoramento*, de duas para oito.

Não há registros de movimentos grevistas entre os trabalhadores de *turismo e hospitalidade*, em 2012. Mas, em 2013, foram cadastradas oito greves realizadas por trabalhadores dessa categoria (dessas, seis foram envolvidas trabalhadores da *limpeza urbana*).

Em relação às reivindicações desses movimentos (tabelas 5 e 6), o incremento das ações grevistas nas empresas estatais significou, tanto na indústria como nos serviços, a intensificação do caráter defensivo. Na indústria, em 2013, reivindicações defensivas estiveram presentes em 78% das pautas grevistas; nos serviços, essa proporção foi ainda maior: de 85%.

TABELA 5
Caráter das greves entre os trabalhadores das empresas estatais industriais
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Varição
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
Exclusivamente propositivas	6	40	8	66,7	9	22,5	-43,8	-18
Propositivas e defensivas	6	40	4	33,3	14	35	-12,5	-5
Exclusivamente defensivas	3	20	0	0	17	42,5	112,5	23
Total de greves propositivas	12	80	12	100	23	57,5	91,7	-23
Total de greves defensivas	9	60	4	33,3	31	77,5	244,4	17,5

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

TABELA 6
Caráter das greves entre os trabalhadores das empresas estatais de serviços
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Varição
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
Exclusivamente propositivas	5	35,7	3	20	14	14,9	-58,3	-21
Propositivas e defensivas	5	35,7	10	66,7	40	42,6	19,1	7
Exclusivamente defensivas	4	28,6	2	13,3	40	42,6	48,9	14
Total de greves propositivas	10	71,4	13	86,7	54	57,4	440	-14
Total de greves defensivas	9	64,3	12	80	80	85,1	788,9	20,8

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

2.2 Funcionalismo público

Foram registradas 796 greves no funcionalismo público em 2013 (Tabela 1), o que representa um crescimento de 169% em relação a 2011. Ou seja, um aumento menor que aquele verificado no conjunto das greves no mesmo intervalo (de 270%) e menor também que aquele verificado entre as greves da esfera privada (de 387%).

TABELA 7
Total de greves no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil, de 2011 a 2013

Nível Administrativo	2011		2012		2013		Taxa de crescim.	Varição particip.
	nº	%	nº	%	nº	%	%	(p.p.)
Federal	33	11,1	37	9,7	38	4,8	15,2	-6,4
Estadual	145	49	115	30,2	268	33,7	84,8	-15,3
Municipal	109	36,8	227	59,6	480	60,3	340,4	23,5
Multiníveis ⁽¹⁾	9	3	2	0,5	10	1,3	11,1	-1,8
TOTAL	296	100	381	100	796	100	168,9	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Ainda assim, o intervalo de 2011 a 2012 revela um grande aumento – tanto em termos absolutos quanto proporcionais – nos valores das paralisações dos servidores públicos municipais. O total de greves dos *servidores de Educação* subiu de 32 para 118 ocorrências, e, entre os *servidores dos executivos municipais*⁵, de 29 para 67.

No intervalo seguinte, de 2012 a 2013, ainda entre o funcionalismo municipal, os *servidores da Educação* continuaram a se destacar – o total de greves por eles realizadas aumentou de 118 para 198 ocorrências. Mas, o incremento foi maior entre as paralisações dos *servidores dos executivos municipais* (que passaram de 67 para 138 ocorrências), e ainda mais entre os *servidores da Saúde* (que saltaram de 36 para 110) e entre os *servidores da Segurança Pública* (que saltaram de duas para 27).

Entre o funcionalismo público estadual, considerando ainda o intervalo de 2012 a 2013, destacaram-se as paralisações dos *servidores da Educação* (que passaram de 45 para 78 ocorrências), as dos *servidores da Segurança Pública* (que foram de 18 para 51) e as dos *servidores do Poder Executivo* dos estados (que aumentaram de 13 para 58).

Mesmo que em 2013, em todos os níveis da administração pública, os percentuais do caráter defensivo das greves tenham superado os relativos ao caráter propositivo – e que, nesses três casos, inflexões tenham ocorrido de 2011 a 2013 – as particularidades são perceptíveis.

Entre os servidores municipais, a proporção de pautas com itens defensivos tornou-se maior que a de pautas com itens propositivos no intervalo de 2011 a 2012, inflexão que coincide com o grande crescimento da agitação grevista entre os profissionais da Educação, principalmente.

Entre os servidores federais, ainda que presença de itens defensivos na pauta grevista tenha se tornado mais frequente em 2013, isso não esteve relacionado a um movimento de aceleração na deflagração de greves. Pelo contrário, em termos proporcionais, houve mesmo, nesse ano, um recuo na

⁵ Segundo a classificação de categorias do SAG-DIEESE, greves que reúnem servidores de mais de uma secretaria ou de toda a administração municipal direta.

participação das greves deflagradas pelos servidores federais, já que as grandes mobilizações nessa categoria haviam ocorrido no ano anterior, em 2012.

TABELA 8
Caráter das greves entre os trabalhadores do funcionalismo público municipal
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Variação
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
							%	(p.p.)
Exclusivamente propositivas	45	41,3	38	16,7	111	23,1	146,7	-18
Propositivas e defensivas	46	42,2	81	35,7	220	45,8	378,3	4
Exclusivamente defensivas	18	16,5	107	47,1	147	30,6	716,7	14
Total de greves propositivas	91	83,5	119	52,4	331	69,0	263,7	-15
Total de greves defensivas	64	58,7	188	82,8	367	76,5	473,4	17,7

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

TABELA 9
Caráter das greves entre os trabalhadores do funcionalismo público federal
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de	Variação
	nº	%	nº	%	nº	%	crescim.	particip.
							%	(p.p.)
Exclusivamente propositivas	9	27,3	20	54,1	4	10,5	-55,6	-16,7
Propositivas e defensivas	22	66,7	10	27	13	34,2	-40,9	-32,5
Exclusivamente defensivas	2	6,1	5	13,5	19	50	850	43,9
Total de greves propositivas	31	93,9	30	81,1	17	44,7	-45,2	-49,2
Total de greves defensivas	24	72,7	15	40,5	32	84,2	33,3	11,5

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Por fim, em 2013, nas greves dos servidores estaduais, a proporção de itens defensivos ultrapassou apenas ligeiramente (menos de um ponto percentual) a de itens propositivos – em uma situação em que é mais justo, na verdade, falar em emparelhamento, ou empate, que em predominância. De todo modo, esse incremento no caráter defensivo também se associa ao crescimento das greves empreendidas, entre 2012 e 2013, pelos trabalhadores do funcionalismo público estadual.

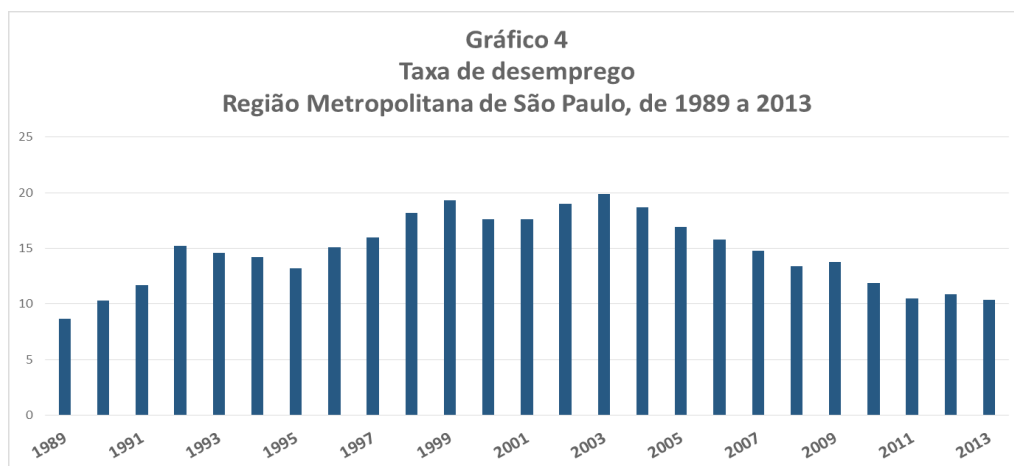
TABELA 10
Caráter das greves entre os trabalhadores do funcionalismo público estadual
Brasil, de 2011 a 2013

Caráter	2011		2012		2013		Taxa de crescim. %	Variação particip. (p.p.)
	nº	%	nº	%	nº	%		
Exclusivamente propositivas	45	31	36	31,3	68	25,4	51,1	-6
Propositivas e defensivas	71	49	58	50,4	126	47	77,5	-2
Exclusivamente defensivas	29	20	21	18,3	70	26,1	141,4	6
Total de greves propositivas	116	80	94	81,7	194	72,4	67,2	-8
Total de greves defensivas	100	69	79	68,7	196	73,1	96,0	4,2

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

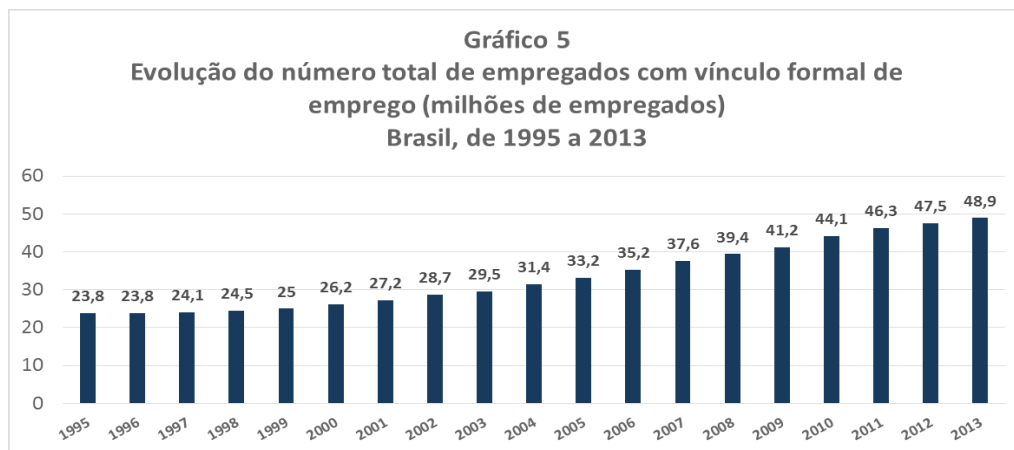
Considerações Finais

Durante o intervalo que vai de 2011 a 2013, informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, que se referem à Região Metropolitana de São Paulo, indicavam uma taxa anual de desemprego de cerca 10,5%. De 1999 a 2003, essa mesma taxa era de cerca de 18,5% (Gráfico 4).



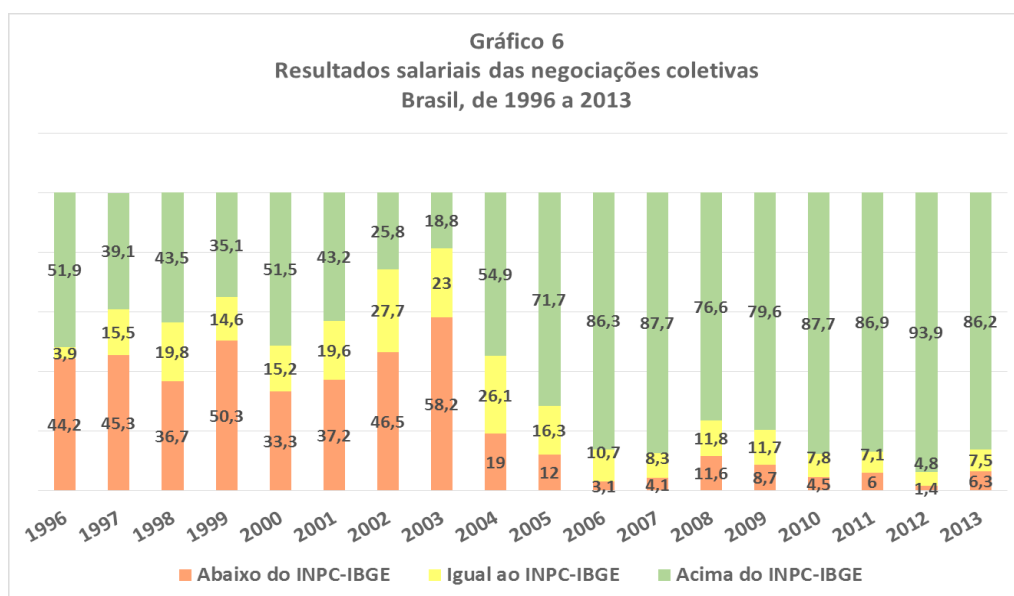
Fonte: DIEESE. Pesquisa de Emprego e desemprego (PED)

Ainda no que toca à ocupação, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), é notável o crescimento da parcela de trabalhadores com vínculo formal de emprego: de 1995 a 2013, no país, o número de empregos formais duplicou – de 24 para 49 milhões (Gráfico 5).



Fonte: MTE/Rais

Em relação aos rendimentos do trabalho, a série do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE) mostra que, após 2004, boa parte das negociações que compõem este painel (que envolve a esfera privada e as empresas estatais) passava a fechar reajustes acima da inflação, ou seja, apresentando ganhos reais. Em 2011, cerca de 87% das negociações acompanhadas pelo sistema registravam resultados salariais acima da inflação (segundo o INPC-IBGE); em 2012, essa participação foi ainda maior, de 95%; e, em 2013, apesar de uma pequena queda (86% das negociações apresentaram resultados acima da inflação), essa proporção manteve-se ainda muito distante daquele patamar em que os reajustes permaneceram até 2003, quando algo entre um terço e metade das negociações registrava percentuais abaixo da inflação –, ou seja, com perdas reais (Gráfico 6).



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE)

Em suma, em uma comparação feita por Amorim (2012, p.22) entre esses dois momentos do mercado de trabalho brasileiro:

(...) o quadro observado no final dos anos 90 e início dos anos 2000 sinalizava uma descida sem fim dos principais indicadores em direção à precarização das formas de contratação. A taxa de desemprego naquele período, a depender do indicador escolhido, beirava o dobro do verificado atualmente e era bastante elevada a participação do chamado trabalho sem carteira assinada. Em termos de remuneração, os ganhos dos trabalhadores acumulavam perdas reais cuja reversão mostrava-se muito difícil. A partir de 2004, este quadro alterou-se positivamente com a queda vigorosa da taxa de desemprego, aumento do grau de formalização da contratação do trabalho e também com a elevação dos ganhos reais dos trabalhadores (AMORIM, 2012; 22)

A breve menção a estas duas variáveis – emprego e rendimentos do trabalho – não esgota, obviamente, a análise das principais dinâmicas do mercado de trabalho. E, no entanto, pode ajudar na criação de um contexto simplificado que auxilie a compreender o crescimento recente das greves, na criação de uma “narrativa”. Nos termos de Amorim:

Estes dados não exaurem as possibilidades de análise a respeito da expansão recente do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, a partir deles é possível elaborar uma narrativa simples que dá fundamento ao retorno das greves ao cenário trabalhista brasileiro. Nesta narrativa, há uma sequência de processos: crescimento econômico, redução de desemprego, elevação dos rendimentos, escassez de mão de obra e, finalmente, elevação do poder de barganha dos trabalhadores e seus sindicatos (AMORIM, 2012; p. 27)

As determinações das greves são múltiplas e complexas. Dificilmente sua explicação pode ser reduzida a uma única variável ou mesmo a um conjunto mensurável de variáveis fixas – emprego, salário e inflação, para mencionar alguns dos elementos mais frequentemente apontados na literatura sobre o tema. Isso não quer dizer que o contexto criado por essas variáveis – e mais ainda, que a menção a contextos econômicos mais amplos, macroeconômicos – seja irrelevante. Apenas que estes elementos são necessários, mas não plenamente suficientes.

O macroeconômico não se sustenta sozinho, sem que haja também uma preocupação com os processos políticos – e, em especial, com a *agenda dos governos* e com a *percepção* que ela suscita entre diversos segmentos sociais (NORONHA, 2009).

A possibilidade de “apertar o passo e desfazer o imenso hiato de desigualdade” (SINGER, 2015, p. 40) havia sido vislumbrada, inicialmente, na su-

peração da primeira fase da crise financeira mundial, em 2008 – quando, ao invés de recorrer às usuais saídas recessivas, a equipe econômica do governo federal buscou empregar meios para preservar o ritmo do crescimento local.

No segundo semestre de 2011, diante de um novo acirramento da crise, surge a oportunidade para a implantação mais profunda de uma agenda econômica anticíclica. Nos meses seguintes, um conjunto de medidas governamentais foi elaborado tendo como orientação os seguintes parâmetros: (1) redução dos juros, (2) uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (3) aposta no fortalecimento da indústria, (4) redução de impostos em setores estratégicos e de uso intensivo de mão de obra, (5) realização de investimentos em infraestrutura, (6) barateamento dos preços do fornecimento de energia elétrica, (7) desvalorização da moeda, (8) controle sobre os fluxos de capital estrangeiro e (9) proteção aos produtos de produção nacional (SINGER, 2015).

Grande parte do debate a respeito de políticas econômicas, hoje, gira em torno da disputa entre posições que reafirmam ou que negam a pertinência dessas medidas. O que nos interessa avaliar, porém, não é tanto a fortuna (ou infortúnio) da chamada Nova Matriz Econômica, mas a vigência de uma certa percepção, que ela inaugurou: a impressão difusa de que a aceleração das transformações sociais na direção da *redução* das desigualdades, diretriz histórica do Partido dos Trabalhadores, havia se iniciado (ou que, ao menos, as condições para a produção dessa aceleração estavam muito mais próximas). Isso passou a gerar expectativas de ganhos (ou de danos), de forma diferencial, em diversos segmentos sociais.

Como já foi dito, o crescimento das greves entre 2011 e 2013 não encontra nos indicadores de emprego e de salários – em cada um deles, individualmente, ou no contexto geral do mercado de trabalho, em que eles desempenham papel importante – um fator explicativo suficiente. Fosse assim, ao invés de um crescimento explosivo do número das greves em 2013, teríamos um movimento gradual, no compasso progressivo da melhoria dos indicadores do mercado de trabalho.

É que não se trata destes indicadores em si mesmos, mas da percepção dos atores envolvidos a respeito do estado e das perspectivas futuras do emprego e do salário – no caso, da percepção de que a segurança proporcionada pelo baixo desemprego deveria permanecer por um longo tempo e de que, do ponto de vista dos rendimentos, uma rápida reversão de perdas ainda recentes havia se tornado possível.

Entre os trabalhadores, que vinham sentindo cada vez mais segurança em seus empregos – e cujo poder de barganha vinha se materializando em

ótimos resultados nas campanhas salariais (especialmente em 2012) – as avaliações também começavam a levar em consideração, diante dos resultados iniciais das políticas econômicas anticíclicas, a perspectiva de um crescimento econômico contínuo e acentuado – o que desaguardaria, de modo certo e iminente, em um reforço dos investimentos produtivos privados e da situação fiscal do Estado. Isso constituía um horizonte em que a reparação de situações historicamente desfavoráveis parecia estar muito próxima.

Além disso, entra como fator, de modo totalmente imprevisível para aqueles que haviam idealizado inicialmente seu projeto, a realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil em 2014 – que acabou significando, para determinadas categorias profissionais, um imenso reforço em seu poder de barganha na negociação com empresários e governos. Ao acentuar o sentimento então vigente de que os olhos do mundo estavam todos postos no país – e que, forçosamente, as coisas teriam de sair, dessa vez, mais do que simplesmente a contento – a Copa do Mundo acabou fazendo com que a greve, e as ameaças de greve, especialmente entre os trabalhadores diretamente envolvidos na preparação e organização do evento esportivo, se revestisse de uma gravidade muito maior do que aquela cotidianamente admitida.

O ano de 2013 aparece, assim, como o ponto exato em que os trabalhadores, levados pelas expectativas de majoração de ganhos, tornados plausíveis pelo novo marco governamental, decidem pela aposta, em um lance que envolveu uma quantidade razoável de recursos (materiais, emocionais) e de risco, na intensificação de suas mobilizações grevistas. Eles também puderam levar em conta, nessa aposta, a experiência recente de segurança e estabilidade e, ao mesmo tempo, de conquistas e de avanços. Puderam, inclusive, contar com a existência de fatores excepcionais que exerceram influência direta nas negociações (a realização próxima de um evento esportivo de alcance mundial e o pipocar, nas ruas, de grandes movimentos de protesto).

Do conjunto das greves deflagradas de 2011 a 2013, pode-se dizer que três características são marcantes:

(a) O grande crescimento numérico – que não foi homogêneo (foi mais marcado em algumas categorias profissionais que em outras) nem gradual (ocorreu através de saltos, de descontinuidades). No setor privado, as greves dos trabalhadores dos serviços ganharam maior importância. No setor público, entre os servidores da administração direta como entre aqueles das empresas estatais, o destaque foi a crescente incorporação dos funcionários dos municípios.

Houve uma expansão das mobilizações grevistas em categorias diversas daquelas já tradicionalmente mobilizadas – sem que, no entanto, estas categorias já habituadas à paralisação de suas atividades tenham deixado de cruzar os braços. É possível, inclusive, tratar deste movimento como uma espécie de *desbordamento*, uma expansão do centro para a periferia, um movimento em duas etapas em que o reforço da agitação do núcleo (isto é, o incremento das greves deflagradas por metalúrgicos, por trabalhadores da construção, por bancários e por servidores das redes de Educação e Saúde, categorias usualmente dispostas à mobilização), depois de um breve intervalo, passa a dirigir-se para áreas mais periféricas (trabalhadores da indústria da alimentação, da limpeza urbana, vigilantes privados e funcionários das redes municipais de Segurança Pública, categorias onde as mobilizações eram, até então, mais raras, ou mais difíceis de serem empreendidas).

(b) O fato de que itens defensivos passaram a fazer parte da pauta da maioria dos movimentos. Essa transformação relaciona-se, precisamente, com a ampliação da deflagração de greves entre de categorias profissionais mais frágeis – do ponto de vista tanto remuneratório (são trabalhadores que ocupam a base na distribuição das remunerações) quanto do ponto de vista de suas condições de trabalho, saúde e segurança e mesmo do ponto de vista de sua organização sindical.

Por outro lado, é possível cogitar a hipótese de que, em um período de maior poder de barganha dos trabalhadores e de seus sindicatos – e que é também um período de expansão salarial – demandas relacionadas a questões de longa data, especialmente aquelas relacionadas às condições de trabalho, deixam de ser simplesmente toleradas e iniciam o seu ingresso na pauta de reivindicações.

(c) A importância do local de trabalho (sugerida, ainda em 2010, por Boito e Marcelino). Ainda que greves de categoria, longas e volumosas, não tenham deixado de se realizar – e que, em termos absolutos, tenham mesmo experimentado um incremento em suas ocorrências – o ano de 2013 foi marcado pelo aumento na participação de greves mais curtas⁶ (com um grande crescimento das paralisações de advertência⁷) e referenciadas apenas na empresa ou, no caso do funcionalismo público, na unidade⁸.

Mais ainda: muitas dessas greves “são selvagens, ou seja, sem organização ou controle do sindicato da categoria. Em vários casos, as greves são

6 Comparar, nos Anexos, o gráfico das horas paradas com o gráfico da quantidade de greves deflagradas.

7 Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de quanto tempo devem durar – com a definição, já na ocasião em que são deflagradas, do momento em que serão interrompidas.

8 Entre o funcionalismo público, são consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais, escolas e universidades. Estas greves opõem-se, conceitualmente, às greves deflagradas por categoria.

decididas e realizadas em oposição, ou mesmo à revelia das decisões das diretorias sindicais⁹ (Amorim, 2014):

O debate que tem se desenvolvido ao redor do tema – e, claro, a própria evolução das greves em uma conjuntura econômica e política que dá sinais de que, nos próximos anos, será bastante diversa do que foi até há pouco – certamente nos trará mais segurança a respeito da pertinência de se pensar o despontar dos movimentos grevistas mais recentes como o início de um novo ciclo.

Mas, por enquanto, como ponto pacífico, temos já o fato de que o fenômeno greve tornou-se um importante indicador nas análises da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

AMORIM, W. A. C. **As greves de 2011 e 2012**. São Paulo, n. 377, p. 22-32, fev. 2012. (Informações FIPE). Disponível em: <http://consultapopular.org.br/sites/default/files/greves_2_22-32-wils.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. **As greves recentes nos transportes coletivos urbanos: um modelo “perde-perde” de relações de trabalho**. São Paulo, n. 407, p. 14-23, ago. 2014. (Informações FIPE). Disponível em: http://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/2014/8_bif407.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, n. 59, p. 323-338, mai-ago. 2010.

COSTA, Luís Augusto Ribeiro da, et al. O movimento recente das greves. **Le monde diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 72, jul. 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1453>. Acesso em: 01 out. 2015.

DIEESE. **Balanco das greves em 2012**. São Paulo, n. 66, mai. 2013. (Estudos e Pesquisas). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>. Acesso em 17 nov. 2015.

NORONHA, E. G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.119-168, 2009.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Roussef (2011-2014). **Rev. novos estudos CE-BRAP**, São Paulo, n. 102, p.42-71, jul. 2015.

⁹ É preciso mencionar a dificuldade, no cadastramento das greves, da identificação precisa do estopim que inicia os movimentos. As fontes utilizadas no SAG-DIEESE – relatos jornalísticos coletados tanto na grande imprensa quanto na imprensa sindical – são, frequentemente, pouco claros a respeito desse ponto, o que dificultaria um levantamento preciso a respeito da ocorrência de “greves selvagens”.